



Antonio Carlos: contra os privilégios

Rigor para crime hediondo, pede ACM

Plenário rejeitará projeto que permite redução de penas, prevê o presidente do Senado, que também reitera condenação a privilégios nas aposentadorias

O plenário do Senado deverá rejeitar o projeto que permite a redução de penas para crimes hediondos, segundo previu na sexta-feira o presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, em entrevista à Rádio Clube de Ribeirão Preto.

ACM declarou-se satisfeito com a manutenção, pela Câmara, da alteração feita pelo Senado ao projeto de Lei Eleitoral, proibindo o uso de dinheiro público no financiamento de campanhas. Ele também considera essencial

a reforma político-partidária e avalia que há uma tendência a se implantar o voto distrital.

Posição contrária a privilégios em aposentadorias, seja para parlamentares ou para magistrados, foi reiterada por Antonio Carlos.

O presidente do Senado destacou a importância de uma rápida definição para o projeto de reforma administrativa e defendeu que se diminua o tamanho do Estado, a fim de se assegurar a governabilidade.

Página 3

Extinção do IPC será votada na quarta-feira

Dois projetos que tratam da extinção do IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) serão votados pelo plenário nesta quarta-feira. Um deles, originário da Câmara, cria o Plano de Seguridade Social dos Congressistas. A outra proposta, de autoria do senador Carlos Wilson, extingue o IPC sem criar qualquer órgão. Amanhã, três comissões se reúnem em conjunto para votar os dois projetos ou substitutivos que porventura sejam apresentados pelos senadores. **Página 3**



Carlos Wilson: projeto acaba com o IPC

Orçamento se reúne em Belém

A Comissão Mista de Orçamento realiza hoje reunião regional em Belém. **Página 4**



Em palestra a consultores do Congresso, o secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro Silva, destacou sexta-feira que o grau de sucesso da Comissão Mista de Orçamento determinará a maior ou menor influência do Poder Legislativo no processo orçamentário.

Página 2

Carreiro destaca controle do Orçamento

O secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro Silva, disse sexta-feira, em palestra a consultores, que a Comissão Mista de Orçamento está, aos poucos, se constituindo em um importantíssimo órgão do Congresso e de seu sucesso resultará a maior ou menor influência do Poder Legislativo no processo orçamentário. A exposição, realizada no Instituto Legislativo Brasileiro, faz parte de uma série de palestras aos consultores de Orçamento do Congresso, organizada por esse órgão.

Carreiro afirmou que, a partir da Constituição de 1988, o processo de elaboração do Orçamento trouxe "novos

ventos" ao Congresso Nacional. Para ele, a principal mudança reside na recuperação pelos parlamentares do poder de emendar o Orçamento.

O secretário-geral da Mesa também destacou a unificação do orçamento fiscal, das estatais e da seguridade social, o que possibilita um maior controle sobre os recursos públicos. Outra mudança importante foi a instituição da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que, segundo ele, permite a intervenção do legislador, na fase de elaboração do Executivo, à medida que estabelece diretrizes e metas que irão nortear a formulação da proposta.

Raimundo Carreiro lembrou



O secretário-geral da Mesa do Senado (D) fez palestra, na sexta-feira, a um auditório de consultores

ainda que o fim da aprovação do Orçamento por decurso de prazo, como o era antes da Carta de 1988, foi muito importante, pois, se ainda vigorasse esse dispositivo, todos os últimos orçamentos teriam sido aprovados sem a participação do Legislativo. Conforme explicou, somen-

te no ano passado os trabalhos chegaram próximo à normalidade, sendo que o Orçamento para 1997 foi aprovado apenas no início deste ano.

O secretário-geral da Mesa fez ainda um histórico sobre a evolução do papel do Poder Legislativo brasileiro na elabo-

ração de leis orçamentárias. Carreiro salientou que essa prerrogativa, nos países democráticos, sempre foi das mais importantes atribuições do Legislativo e um dos exemplos mais clássicos da divisão e do equilíbrio dos Poderes do Estado.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

9h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Reunião regional - Norte, em Belém - PA. Instituto de Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará - Idesc - Av. Nazaré, 871

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (30.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a comemorar os 170 anos do Jornal do Comércio.

Ordem do Dia: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 124/97, que autoriza o estado de Sergipe a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 50 milhões, destinando-se os recursos ao financiamento do Programa Incentivo ao Desligamento Voluntário no Serviço Público - PDV, que integra o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; e do "Projeto de Resolução nº 115/97, que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do estado de Santa Catarina.

Quarta-feira (1º.10.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Votação do "PLC nº 49/96 (tramitando em conjunto com os PLS nºs 191/95 e 33/96), que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC; "PLS nº 191/95 (tramitando em conjunto com os PLS nºs 49/96 e PLS nº 33/96), que altera a Lei nº 7.087/82, que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC; "PLS nº 33/96 (tramitando em conjunto com o PLC nº 49/96 e PLS nº 191/95), que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC; e discussão de seis projetos de decreto legislativo, renovando a permissão para exploração de radiodifusão sonora para emissoras de rádio.

Quinta-feira (02.10.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Primeiro dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 33/96, que modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição.

Sexta-feira (03.10.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Terça-feira (30.09.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação, entre outras matérias, do "Projeto de Resolução nº 86/97 (tramita em conjunto com o Projeto de Resolução nº 140/96), que autoriza o estado de São Paulo a contratar operação de refinanciamento de dívidas do estado, consubstanciada nos contratos celebrados em 22.05.97, com base

no Protocolo de Acordo firmado entre a União e o governo do estado de São Paulo, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

10h - Comissão Temporária para o Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia

Pauta: Discussão da agenda para futuras reuniões e diligências e escolha dos nomes dos próximos depoentes. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos

Pauta: "PLC nº 49/96 (não terminativo - tramitando em conjunto com os PLS nºs 191/95 e 33/96), que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC; "PLS nº 33/96 (não terminativo - tramitando em conjunto com o PLC nº 49/96 e o PLS nº 191/95), que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC; e "PLS nº 191/95 (não terminativo - tramitando em conjunto com o PLS nº 33/96 e o PLC nº 49/96), que altera a Lei nº 7.087/82, que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC.

15h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Apreciação de projetos de lei de créditos adicionais e do parecer preliminar do Orçamento de 98. Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados

Quarta-feira (1º.10.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; "PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; "PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 24/96, que atribui competência legislativa concorrente à União, estados e Distrito Federal em matéria de Direito Penal e Processual Penal. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 66/96 (terminativo), que dispõe sobre a utilização, pelos usuários, das portas dianteira e traseira dos ônibus urbanos; "PLS nº 32/97 (terminativo), que dispõe sobre o tratamento medicamentoso da dor em pacientes portadores de neoplasias comprovadas, por meio de entorpecentes; e "PLS nº 83/95 (terminativo), que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime geral da Previdência Social. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

12h - Coordenação de Relações Públicas

Pauta: Apresentação do filme *O Quatrão*, de Fábio Barreto, dentro do projeto *Cultura ao Meio-Dia*. Auditorio Petrônio Portella

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júlia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida, José Humberto Mancuso e Luiz Augusto Gollo

Repórteres da Agência Senado - Alessandra Rocha, Anoushe

Silveira, Antonio Carballo, Beatriz Mendonça, Bernadete Barboza,

Domingos Mourão, Eli Teixeira, Fábio Lino, Gilberto Campos, Graça

Henriques, Jorge Frederico, Lúcio Leal, Márcia Magalhães, Monica

Cocuz, Paulo Henrique Bezerra, Rafael Paixão, Rita Nardelli, Suelly

Bastos e Teresa Cardoso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Areliano

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

O material jornalístico produzido pela Agência Senado é também distribuído na Internet, no STM-400 da Embratel e para 110 veículos de comunicação em todo o País.

www.senado.gov.br

"O Senado está em consonância com a sociedade, e não permitirá a redução; se for para aumentar, sim, mas para diminuir, nunca." A garantia foi dada pelo presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães

Crime hediondo não terá pena menor

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, garantiu sexta-feira, em entrevista à Rádio Clube de Ribeirão Preto (SP), que a Casa não vai permitir a redução de penas para crimes hediondos, bloqueando a aprovação do projeto do governo nesse sentido, já aprovado pela Câmara.

- O Senado está em consonância com a sociedade, e não permitirá a redução; se for para aumentar, sim, mas para diminuir, nunca - afirmou.

Antonio Carlos manifestou-se satisfeito porque a Câmara mante-



ACM: em sintonia

público não use campanha eleitoral como pretexto - disse.

Antonio Carlos reafirmou ser contra privilégios em aposentadorias, seja para parlamentares, seja para magistrados, e confirmou para a próxima quarta-feira (dia 1º) a votação da proposta de extinção do IPC.

Sobre o projeto da reforma administrativa em discussão na Câmara, o senador destacou a importância de uma rápida definição, e defendeu que se diminua, sempre que possível, o tamanho do Estado, para assegurar a governabilidade.

- Mas isso não quer dizer que se vai demitir funcionários, necessariamente - ressaltou.

Detalhando sua posição sobre o enxugamento da máquina pública, o senador explicou que somente assim o funcionário competente, que efetivamente trabalha, será melhor remunerado.

- Quando nas prefeituras, nos estados, ou na União, há excesso de funcionários, não se pode pagar melhor aos que trabalham. Evidentemente que vai ter que diminuir este quadro, melhorando a governabilidade, permitindo canalizar recursos para a população. E aí, a grande maioria do povo, que não é funcionário, será beneficiada com as obras públicas e os investimentos do governo - esclareceu.

Outra reforma que o presidente do Senado considera essencial é a político-partidária. Na sua avaliação, há uma tendência à implantação do voto distrital, puro ou misto, e o comportamento do eleitorado de municípios importantes mostra isso. "Ribeirão Preto, por exemplo, concentra a votação para que tenha uma representação local", exemplificou Antonio Carlos.

Senadores votam na quarta projetos que extinguem o IPC

O plenário do Senado apreciará nesta quarta-feira dois projetos que tratam da extinção do Instituto de Pensão dos Congressistas (IPC). Um deles, oriundo da Câmara, extingue o IPC e cria em seu lugar um Plano de Seguridade Social dos Congressistas. O outro, de autoria do senador Carlos Wilson (PSDB-PE), acaba com o IPC e não cria qualquer órgão em seu lugar.

Amanhã, três comissões (CCJ, CAE e CAS) se reúnem em conjunto para votação dos dois projetos, ou substitutivos que porventura

sejam apresentados pelos relatores. As comissões e o plenário analisarão também um projeto de Jefferson Péres (PSDB-AM), o qual torna voluntária a filiação de deputados e senadores ao IPC, que hoje são obrigatórias.

Além dos projetos sobre o IPC, o plenário apreciará nesta semana 15 matérias. Amanhã, os senadores votarão sobre um pedido do governo de Sergipe para tomar um empréstimo de R\$ 50 milhões junto à CEF, dentro do programa de ajuste fiscal dos estados. Também amanhã, os senadores decidirão se o estado de

Santa Catarina pode elevar temporariamente seus limites de endividamento, lançando títulos estaduais para bancar a rolagem da dívida mobiliária que vence já na quarta-feira (dia 1º).

Ainda durante a semana, os senadores votarão nove projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de novas emissoras de rádio e televisão ou a renovação de suas concessões. Na quinta-feira, os senadores já poderão discutir, em segundo turno, o projeto de reforma da Previdência. A proposta poderá receber emendas de plenário, para a segunda votação, até o dia 8 de outubro.



Nabor preside amanhã comissão da Amazônia



CAS discute na quarta projeto de Osmar

Comissões analisam extensa pauta durante a semana

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE) reúnem-se conjuntamente às 11h de amanhã para analisar os projetos que extinguem o Instituto de Previdência dos Congressistas.

Antes, às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), reúne-se para apreciar o projeto de resolução que autoriza o governo de São Paulo a contratar operação de refinanciamento de dívidas, consubstanciada nos contratos celebrados em

22.05.97, com base no Protocolo de Acordo firmado entre a União e o governo daquele estado, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Já a comissão para o desenvolvimento da Amazônia, presidida por Nabor Júnior (PMDB-AC), discute a partir das 10h de amanhã a agenda para futuras reuniões e diligências e escolha dos nomes dos próximos depoentes.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida por Ademir Andrade (PSB-PA), reúne-se na quarta-feira (dia 1º), às 10h, para apreciar, en-

tre outras matérias, o projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que dispõe sobre o tratamento medicamentoso da dor em pacientes portadores de neoplasias comprovadas, por meio de entorpecentes.

Também na quarta-feira (dia 1º), às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania reúne-se para apreciar extensa pauta, onde figura proposta de emenda à Constituição do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica.

O país reestruturou sua dívida externa em 1992 sem o aval do fundo, implementou a estabilidade monetária sem monitoramento do fundo, e nos últimos cinco anos mantém relações maduras com órgãos internacionais, diz senador

Jefferson: Brasil pode ser "duro" com FMI

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) destacou sexta-feira a posição do governo brasileiro, defendida pelo ministro Pedro Malan e pelo presidente do Banco Central, Gustavo Franco, de rejeitar recomendação do Fundo Monetário Internacional (FMI) pela abertura incondicional das fronteiras dos países à livre movimentação de capitais.

Conforme o senador, o Brasil já tem condições de "falar duro" em reuniões internacionais, pois reestruturou sua



Jefferson: o mundo mudou

dívida externa em 1992 sem o aval do FMI, implementou a estabilidade monetária sem

que esta tenha sido concebida ou monitorada pelo fundo e, nos últimos cinco anos, demonstrou que mantém "relações maduras" com os órgãos internacionais de modo geral.

Para Jefferson Péres, a reunião do FMI recentemente encerrada em Hong Kong evidenciou "o quanto o mundo mudou". Antes "demonizado" pelas esquerdas como responsável pelos males dos 3º e 4º mundos, hoje é do FMI que vem a recomendação de que seus países-membros adotem políticas sociais, disse.

Por outro lado, acrescentou, coube ao presidente do Banco Central, "execrado" pelas esquerdas como neoliberal, a resposta de que o Brasil não abriria mão de seu direito soberano de controlar o movimento de capitais estrangeiros no país.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) também ressaltou o fato de a antiga bandeira "Fora, FMI" ter sido desfraldada por Gustavo Franco. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), por sua vez, assinalou que as autoridades

monetárias brasileiras foram corretamente firmes quanto à recomendação do FMI, "mas não gostaram muito das críticas moderadas feitas à política social brasileira".

Suplicy também registrou que o economista Milton Friedman, em posição semelhante à do senador Lauro Campos (PT-DF), sugeriu a extinção do FMI e do Banco Mundial sob a alegação de que esses organismos internacionais e suas políticas foram prejudiciais aos países que as adotaram.

Calheiros acha FEF importante para Real

Renan Calheiros (PMDB-AL) defendeu sexta-feira a aprovação da proposta que prorroga o FEF (Fundo de Estabilização Fiscal), com o argumento de que, dentro do contexto do Plano Real que propiciou o controle da inflação, o fundo mostrou-se imprescindível na alocação racional de recursos, bem como instrumento auxiliar na redução do déficit público.

Relator da proposta, Calheiros anunciou, em entrevista, que o seu relatório sobre a matéria será apreciado amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ). O parecer faz apenas uma emenda de redação à matéria, que, conforme o senador, deverá ser encaminhado à deliberação do plenário o mais rápido possível.

- Durante as negociações como relator da proposta, em repetidos contatos com o presidente da República, ministros

de Estado, representantes de entidades municipalistas, bem como vários parlamentares, tive a oportunidade de encaminhar diversos pleitos dos municípios, conseguindo ganhos substanciais para as administrações municipais, superiores às possíveis perdas decorrentes da prorrogação do FEF - informou.

Renan Calheiros destacou que foi importante a participação do presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, e do líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), para a concretização das reivindicações formuladas.

Nesses entendimentos, conforme o senador, ficou acertado que tramitará em regime de urgência o projeto de lei da Câmara, que trata da compensação financeira por parte do INSS para com as prefeituras que estão aposentando seus servidores.

Quanto aos débitos das prefeituras com o INSS, o governo se comprometeu a retirar a expressão "240 meses" na redação da medida provisória que parcelou tal débito, ficando os pagamentos limitados aos percentuais de 3, 6 e 9 por cento da quota mensal do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Hoje, segundo Calheiros, muitos municípios estão pagando percentuais superiores por terem débitos elevados.



Ignácio: inclusão no currículo

Educação ambiental nas escolas

Projeto apresentado pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) inclui conteúdos de Educação Ambiental nos currículos da educação básica e superior. Em sua justificativa, o senador explica que o projeto visa conscientizar o público para a conservação e melhoria do meio ambiente, dando ao tratamento da temática o caráter compatível com a sua relevância.

Ignácio esclareceu que o projeto pretende atingir crianças e adolescentes de modo adequado à sua idade e aos seus interesses, além de adultos. Ele observou que, por recomendação da Unesco, os conteúdos de Educação Ambiental serão integrados conforme uma perspectiva disciplinar e segundo as possibilidades e os interesses de cada sistema e estabelecimento de ensino.

Comissão de Orçamento reúne-se hoje em Belém

Hoje, às 14h30, será realizada em Belém a quarta reunião regional, referente ao Norte, da Comissão Mista de Orçamento, para debate sobre a proposta orçamentária para 1998.

A comissão, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), já recolheu

subsídios para a elaboração dos relatórios setoriais e gerais nas regiões Nordeste (João Pessoa), Sudeste (Belo Horizonte) e Sul (Curitiba), restando apenas o Centro-Oeste, cuja capital-sede será Goiânia, em reunião prevista para o dia 3 de outubro.

Amanhã, como conseguir verbas sem intermediários

O Senado Federal, através do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), realiza amanhã, das 14h às 17h, a Segunda Teleconferência sobre Estratégias de Obtenção de Recursos Federais sem Intermediação de Terceiros. Essa teleconferência abordará recursos na área de saúde, e é dirigida a prefeitos, deputados estaduais, vereadores e servidores públicos das assembleias legislativas, das câmaras e prefeituras municipais.

O evento contará com a presença do ministro interino da Saúde, Barjas Negre, e terá como expositores o consultor de orçamento Hipólito Gadelha Remigio, que falará sobre as estratégias de obtenção de recursos federais; e o consultor legislativo Luiz Carlos Romero, que enfatizará o aspecto da municipalização da saúde.

A teleconferência dá continuidade à primeira etapa do Projeto Teleinformações, que visa disseminar os princípios, as diretrizes estratégicas e o significado institucional e político do Poder Legislativo nas áreas federal, estadual e municipal.

Trata-se de um método de educação a distância, através de programas educativos que serão veiculados pela TV Senado e que, em cooperação com o Prodasen, poderão também ser acessados via Internet.

Com transmissão via Embratel, a partir da sede do Senado, a teleconferência poderá ser vista em telões instalados nos auditórios dos órgãos do Ministério da Fazenda nas capitais e nas principais cidades do país.



Calheiros é relator do FEF

Ministro deixou diversas questões importantes sem resposta, reclama senador, que considera o fato "negligência ou desrespeito ao Senado"

Suplicy cobra de Malan informações sobre banco

Eduardo Suplicy (PT-SP) protestou sexta-feira contra a demora do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do Banco Central (BC) em enviar informações sobre a transferência de parte do Bamerindus para o banco inglês HSBC.

Para o senador, "ao negar-se a responder as questões" por ele apresentadas e cobradas em tantas ocasiões nos últimos meses, o Banco Central e o Ministério da Fazenda "adotam comportamento que contribui para reforçar suspeitas de conivência com irregularidades ou transações contrárias ao interesse público".

Suplicy aproveitou para re-



Suplicy: suspeita de conivência comendar aos diretores do BC que, ao invés de se sentirem ofendidos por observações feitas pelo economista Paulo Nogueira Batista Jr. em artigo na *Folha de S. Paulo*, procurem esclarecer em profundidade as razões que levaram as autoridades monetárias a demorar tanto tempo para detectar as

fraudes no Banco Nacional.

O senador estava referindo-se ao fato de o Banco Central ter entrado com uma notificação judicial criminal contra o economista porque este considerou pouco plausíveis as explicações da instituição sobre a atuação no caso do Banco Nacional.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) considerou que a interpelação judicial visando a que Paulo Nogueira Batista Jr. aponte os nomes dos diretores do BC cuja atuação condenou é defesa da reputação e da honra, e não cerceamento da liberdade de imprensa.

Jucá aponta corrupção no Inkra de Roraima

O senador Romero Jucá (PFL-RR) informou sexta-feira que levou ao ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, um documento denunciando atos de corrupção praticados por funcionários do Inkra no seu estado. Ele mencionou entre esses desvios a "tomada de dinheiro de trabalhadores" em processo de assentamento, assim como ameaças de morte contra o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do estado, Deldato Rosa Pereira.

Conforme Jucá, esse líder sindical tem exercido importante papel na busca de solução para a questão agrária do seu estado, e as ameaças de morte que vem sofrendo já foram denunciadas à Polícia Civil e à Justiça de Roraima, com pedidos de garantia de vida para ele. O senador disse que solicitou ao ministro Raul Jungmann "uma posição dura contra o que está acontecendo, visto que não se pode silenciar ante atos que tentam calar um líder que defende os interesses dos trabalhadores".



Jucá: cortar o mal pela raiz

Ele se mostrou preocupado com a possibilidade de que essa atuação do Inkra em Roraima se repita em outros estados, prejudicando a luta dos trabalhadores mobilizados em favor da reforma fundiária.

Decisão do STF agrada a Ademir

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) elogiou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendendo liminarmente a medida provisória que prevê a abertura dos estabelecimentos comerciais aos domingos.

Na opinião do senador, o



Ademir: nunca aos domingos

presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, deveria ter apresentado um projeto de lei ao Congresso Nacional sobre a matéria - em vez de ter editado uma medida provisória -, o que possibilitaria uma discussão democrática entre comer-

ciantes, comerciantes e consumidores.

O senador Ademir Andrade considera que a medida provisória editada pelo Executivo fere o artigo da Constituição que estabelece o repouso semanal, preferencialmente, aos domingos. Além disso, desrespeita a Convenção 106 da Organização Internacional do Trabalho, pela qual o trabalho aos domingos deve ser recompensado.



CONHEÇA O SENADO

Processo legislativo evita arbitrariedades, diz Josaphat

"O processo legislativo disciplina a elaboração das leis e das emendas constitucionais, impedindo qualquer procedimento arbitrário de uma das Casas do Congresso." Foi o que afirmou o senador e jurista Josaphat Marinho (PFL-BA), ao ressaltar que a participação do Senado e da Câmara dos Deputados no processo de criação e apreciação das leis, dentro das normas estabelecidas pela Constituição e pelos regimentos das duas Casas, é essencial para garantir o estado de direito e para impedir o exercício do poder absoluto por parte de uma das Casas legislativas.

De acordo com as normas que regem o processo legislativo, qualquer senador ou comissão do Senado pode apresentar projeto de lei ordinária ou de lei complementar. Já para propor uma emenda à Constituição é necessário o apoio de, no mínimo, um terço dos membros do Senado, ou 27 senadores.

Os projetos de lei e as propostas de emenda à Constituição aprovados pelo Senado são revistos pela Câmara dos Deputados e vice-versa. Se a Câmara resolve modificar projeto ou proposta de emenda constitucional aprovado inicialmente pelo Senado, a matéria tem de voltar ao Senado, para apreciação das emendas. O mesmo ocorre quando o Senado altera os projetos ou propostas de emenda aprovados pela Câmara dos Deputados, como foi o caso do projeto de Lei Eleitoral, aprovado com emendas pelo Senado e remetido à Câmara para nova apreciação.

Quando um projeto de lei ordinária ou complementar é aprovado pelas duas Casas, é enviado à sanção presidencial. Já as emendas constitucionais, depois de aprovadas no Senado e na Câmara, são promulgadas pelas Mesas das duas Casas legislativas.

TURNOS

O projeto de lei requer apenas um turno de discussão e

votação no Senado e na Câmara, a não ser que o relator do projeto apresente um substitutivo ao projeto original. Nesse caso, o substitutivo tem que ser submetido a um turno suplementar. Já a proposta de emenda à Constituição exige sempre dois turnos de discussão e votação em cada uma das Casas do Congresso Nacional.

Também varia o *quorum* necessário à aprovação de cada uma das matérias. Enquanto o projeto de lei ordinária só exige a maioria de votos, desde que a maioria dos senadores esteja presente à sessão, o projeto de lei complementar requer a aprovação da maioria absoluta, que é a metade mais um do número total de senadores, ou 41 votos favoráveis. Já a emenda à Constituição exige um *quorum* mais qualificado em cada um dos turnos de votação no Senado e na Câmara dos Deputados: três quintos dos votos dos membros de cada Casa.

TRAMITAÇÃO

Só os projetos de lei de iniciativa dos senadores e das comissões do Senado começam a tramitar pelo Senado. A tramitação dos projetos de iniciativa dos deputados, de comissões da Câmara Federal, do presidente da República, do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais superiores e os de iniciativa popular têm início na Câmara dos Deputados. Já as emendas à Constituição podem tramitar primeiro no Senado quando forem propostas por senadores ou pela maioria das assembleias legislativas dos estados.



Josaphat: disciplina legislativa

Além de desonerar o Estado, reduzindo despesas nas áreas que constituem "verdadeiros ralos", a desestatização tem contribuído para a amortização da dívida pública, diz senador

Miranda aponta êxito na privatização

Crise na agricultura preocupa Bezerra

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) cobrou do governo federal explicações em relação à crise que está atingindo a agricultura, pois conforme lembrou, "a equipe econômica deu mostras de que despertara para o papel de uma agricultura sadia e produtiva na economia do país, seu peso no PIB, sua participação nas exportações, sua influência na estabilidade dos preços, seus benefícios na criação de empregos e na distribuição demográfica".

Para o senador, o primeiro ano do Plano Real não foi um ano feliz para o setor agrícola. Segundo Carlos Bezerra, a crise de endividamento que



Bezerra: cobrando promessas

se abateu sobre o campo brasileiro naquela ocasião passou a constituir-se em obstáculo macroeconômico ao plano, chamando dessa forma a atenção dos seus gestores.

Entretanto, lembrou o senador, para a safra deste ano, o governo anunciou que liberaria R\$ 12 bilhões, valor que, na sua opinião, ainda não é o ideal para um setor agrícola dinâmico e com grande potencial de crescimento. "Mas, é um volume de recursos que, se efetivamente aplicado, e no lugar correto, já poderia ser visto como uma sinalização para o produtor rural de que sua atividade é levada a sério pelos governantes", assinalou.

O senador Carlos Bezerra afirmou, contudo, que surgem notícias de que o governo não está cumprindo a promessa. Segundo ele, o financiamento de custeio de safra não está fluindo, nem em volume suficiente, nem em tempo hábil. E a cada dia que passa a situação fica mais difícil para os produtores.

Tuma: quem fiscaliza as aplicações em "boi gordo"?

"Quem fiscaliza o investimento em boi gordo?" A pergunta é feita pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) e dirigida ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, em requerimento que apresentou à Mesa do Senado. O senador pretende receber do ministro informações detalhadas sobre se existe lei que regulamente tais investimentos e se o governo federal já fez algum estudo sobre essa nova modalidade de aplicações.

O senador Romeu Tuma afirma que os investimentos em boi gordo estão crescendo e devem movimentar grandes somas, "sem garantias ou fiscalização". Tuma está pre-

ocupado por existirem denúncias de que as remunerações proporcionadas aos investidores "seriam maiores que as esperadas pelos padrões técnicos vigentes". Por isso, há suspeitas sobre a viabilidade desse investimento, segundo o senador.



Tuma: de olho no boi gordo

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) destacou o êxito da privatização de empresas brasileiras, argumentando que, quando estavam sob controle estatal, não tinham compromisso com o lucro e com a produtividade, gerando prejuízos efetivos para a economia do país e para os trabalhadores em geral.

Ele citou o caso da Rede Ferroviária Federal como exemplo "dos desmandos protagonizados pela maioria esmagadora das estatais antes das ações privatizadoras". Em 1995, com produtividade de 83 toneladas transportadas por funcionário, a empresa obteve prejuízo de US\$ 300 milhões, mas, em 1996, com a execução do programa de sua privatização, a produtividade subiu para 185 toneladas e foi obtido lucro de US\$ 184 milhões.

De acordo com Gilberto Miranda, além de desonerar o Estado, reduzindo despesas nas áreas que constituem "verdadeiros ralos por onde



Miranda: fim dos desmandos

se escoou grande volume de recursos públicos", o processo de privatização tem contribuído para a amortização da dívida pública.

Baseado em dados veiculados por técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o senador disse que, em 1996, entraram nos cofres da União cerca de R\$ 3 bilhões e deverão ainda ser arrecadados pelo Programa Nacional de Desestatização aproximadamente US\$ 80 bilhões, sendo US\$ 50 bilhões provenientes das concessões nos setores de energia e de telecomunicações.

Freire defende correção de rumos na venda do Lloyd

O senador Roberto Freire (PPS-PE) apelou ao governo federal para que proceda a uma correção de rumos no processo de privatização da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro. Ele disse que o governo colocou a empresa em processo de liquidação para ser privatizada e, por isso, o Lloyd ficou impedido de navegar e de auferir suas receitas, estimadas em US\$ 10 milhões por mês, já que ainda possui uma frota de 15 navios utilizáveis.

- Em menos de dois anos, esse processo já consumiu mais de R\$ 30 milhões e permitiu a perda de um dos melhores navios da frota brasileira, o *N/M Lloyd Pacifico*, estando o restante das embarcações à mercê de leilões judiciais. Pelo que se sabe, o valor que vem sendo arrecadado nesses leilões é muito inferior ao que poderia ser obtido

em leilão extrajudicial por licitação - afirmou.

De acordo com Roberto Freire, com apenas R\$ 28 milhões se poderia reformar a frota do Lloyd, evitando, assim, que navios avaliados em R\$ 150 milhões "apodreçam" sem programação comercial. "Não se conhecem também as razões por que o governo não libera o aporte solicitado pelo próprio liquidante da empresa, no valor de R\$ 34 milhões, cujo objetivo seria sanear as dívidas judiciais da frota", frisou.



Freire: à mercê de leilões

CARTAS

"Tive a oportunidade de conhecer o *Jornal do Senado*, editado pela Secretaria de Comunicação Social, e constatei que ele é uma publicação de grande valor informativo. Estou no 4º ano de Direito e acredito que o *Jornal do Senado* será muito importante para minha formação profissional, tendo em vista as informações publicadas sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Senado."

Osmar de Albuquerque Pontes Júnior (Sairé-PE)

"Leio todos os exemplares do *Jornal do Senado* que me são enviados. O jornal está de parabéns pelas excelentes reportagens que informam e contribuem para a formação política do povo brasileiro. Ressalto, também, o espaço dado aos senadores de partidos pequenos, o que demonstra a grandeza dessa Casa."

Carlos Lima (Ipatinga-MG)

"Quero parabenizar o brilhante trabalho feito por esse conceituado *Jornal do Senado*, que possibilita ao povo do interior conhecer as atividades de seus ilustres representantes - os senadores."

Jurandi Messias Alves (Peixoto de Azevedo-MT)

"Recentemente tomamos conhecimento do *Jornal do Senado*, com informações interessantes acerca do funcionamento dessa prestígio Casa legislativa representante da Federação. Solicitamos a inclusão do nome desta entidade no cadastro de assinantes do jornal, para que, em nossa assembléia semanal, possamos informar os assuntos importantes aos nossos associados, o que contribuirá para a divulgação dos trabalhos dos senadores e para o pleno exercício da cidadania."

Vicente Diogo de Oliveira - presidente da Associação dos ex-Combatentes de Ribeirão Preto e Região (SP)

"Cumprimento a equipe do *Jornal do Senado* pelo excelente trabalho de divulgação das atividades dessa Casa de Leis. Solicito a remessa do jornal ao meu endereço, pois sou professor de 2º grau e preciso conhecer os trabalhos legislativos para ensinar e politizar os alunos."

Márcio Antonio Pereira (Rolim de Moura-RO)

Para senador, é notável a resposta que a inteligência brasileira ofereceu às novas exigências de controle e análise na hemorragia

Cabral destaca seminário sobre sangue em Manaus

Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou a importância da realização do Seminário Franco-Brasileiro sobre Sangue, que reúne desde sexta-feira, em Manaus, mais de 200 profissionais da chamada hemorragia pública brasileira, além de especialistas estrangeiros. O seminário é promovido pelo Ministério da Saúde, pela Embaixada da França e pelo Hemocentro do Amazonas.

Depois de observar que "hoje já não se contrai grau tão elevado de doenças por transfusão como há alguns anos", Cabral afirmou que iniciativas como esse seminário confir-



Cabral: avanço no controle mam que o Brasil está no caminho certo. O senador informou que, ano passado, o seminário sobre sangue foi realizado em Porto Alegre, acrescentando que isso "demonstra que, de Norte a Sul, há uma inequív-

voca preocupação do governo com esse importante tema de saúde pública".

É relevante salientar que a resposta que a inteligência brasileira ofereceu às novas exigências de padrões de controle e análise de sangue e o consequente avanço conquistado foram notáveis - disse Cabral, para lembrar "que muito ainda há por fazer, pois as dificuldades são grandes, mas o que não tem faltado é empenho".

Em aparte, Jefferson Pêres (PSDB-MA) disse que o Amazonas ocupa uma posição de vanguarda no controle de qualidade da transfusão de sangue.

Lauro quer dar mais assistência a presos

Os aposentados da magistratura e das carreiras do Ministério Público, da Advocacia Geral e da Defensoria Pública, com idade inferior a 70 anos, poderão exercer atividades de defensor público, caso seja aprovada proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Lauro Campos (PT-DF).

Na justificativa da proposta, o senador argumenta que a carência de pessoal nos serviços de assistência judiciária contribui, por exemplo, para a "absurda" situação da superpopulação carcerária. Conforme lembrou, há denúncias de que muitos dos prisioneiros já poderiam estar em liberdade, mas continuam presos porque seus



Lauro: há carência de defensores "destinos se perdem na intrínseca burocracia".

Em todos os estados, existe um conjunto de pessoas altamente capacitadas, conhecedoras em profundidade do sistema judiciário, capazes de prestar grande contribuição aos serviços de assistência jurídica, tanto à população carcerária quanto à população carente em geral - acrescentou.

Odacir comemora combate à dengue em Ariquemes

Odacir Soares (PTB-RO) elogiou a prefeitura de Ariquemes (RO) pelo lançamento do Plano Municipal de Erradicação e Combate à Dengue, destacando o trabalho do prefeito Francisco Sales Duarte de Azevedo no combate à doença. O senador fez um histórico do crescimento da cidade e detalhou os principais itens do plano de saúde que pretende diminuir a proliferação do mosquito transmissor da dengue, *Aedes aegypti*, na região.

Ele relatou algumas das carências sanitárias da cidade, que cresceu impulsionada pela descoberta de cassiterita

e, depois da década de 70, pelo cultivo do cacau. Segundo afirmou, além da rede de tratamento de água só atender a 33% da população urbana, Ariquemes não possui rede de esgotos e o lixo não conta com tratamento adequado, o que propicia a incidência da dengue.

Odacir informou que a prefeitura da cidade pretende, entre outras medidas, capacitar agentes de saúde, professores e educadores para o combate à doença, produzir folders, boletins, além de programas de TV e de rádio sobre formas de prevenção ao aparecimento do mosquito. O



Odacir: carências sanitárias senador também ressaltou a inclusão na grade curricular de disciplina sobre dengue e febre amarela, a realização de gincanas e a distribuição de material educativo entre os estudantes do município.

Palmeira lamenta morte de médico



Palmeira: "cidadão exemplar"

Guilherme Palmeira (PFL-AL) homenageou a memória do médico alagoano José Lages Filho, afirmando que ele "exerceu com invulgar devoção e capacidade sua profissão, sobretudo no Instituto de Assistência e Proteção à Infância".

Ele disse que José Lages Filho "demonstrou ter sido um cidadão exemplar, um profissional de extraordinária

competência, uma figura humana exponencial e um chefe de família extremado".

Palmeira lembrou ainda que Lages Filho exerceu a presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e que suas virtudes valeram-lhe o reconhecimento da Assembléia Legislativa do estado, que lhe galardoou com a Medalha Tavares Bastos, disse.

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Roberto Requião (PMDB-PR) sobre a política econômica do governo FHC, a candidatura do presidente Fernando Henrique à reeleição e o lançamento de candidato do PMDB à Presidência da República (reapresentação)
- 8h - Debate entre o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) e o embaixador da Alemanha, Claus Jürgen Duisberg, sobre as relações Brasil-Alemanha, o Mercosul, o Mercado Comum Europeu e as candidaturas do Brasil e da Alemanha ao Conselho de Segurança da ONU (reapresentação)
- 9h30 - Entrevista com o senador Roberto Requião (PMDB-PR) (reapresentação)
- 10h - Seminário sobre Canudos, com a participação do ministro da Cultura Francisco Weffort e do senador Joel de Holanda (PFL-PE) (reapresentação)
- 14h30 - Sessão plenária (ao vivo)
- Em seguida - Comissão de Assuntos Econômicos - audiência com o presidente da Petrobrás, Joel Mendes Rennó (reapresentação)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 20h40 - Sessão plenária (reapresentação)
- 1h - Debate entre o senador Casildo Maldaner e o embaixador da Alemanha, Claus Jürgen Duisberg (reapresentação)
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 9h - Comissão Mista de Orçamento - reunião em Belém do Pará (ao vivo)
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 24h - Retransmissão da sessão plenária
- 3h - Música e informação até as 7h30

A senadora Benedita da Silva considera a expressão, veiculada em anúncios de oferta de empregos, discriminatória. Projeto de sua autoria pretende vetar o seu uso

Proibido exigir "boa aparência"

Projeto da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) proíbe o uso da expressão "boa aparência" ou outras similares em anúncios visando ao concurso e seleção de pessoal para admissão em emprego. Se aprovada, a não-observância da nova lei importará ao infrator a cobrança de multa, que será revertida para o Fundo de Amparo ao Trabalhador.



Benedita: exclusão de outras etnias

A proposição estabelece ainda a obrigatoriedade de

constar nos anúncios de emprego o número de vagas disponíveis para cada função, bem como as qualificações exigidas para o seu preenchimento.

- Não restam dúvidas de que a exigência de "boa aparência" é discriminatória. A expressão pode ser interpretada de diversas formas. O critério da "boa aparência" para admissão em emprego significa um conceito abrangente e subjetivo, que pode excluir tanto pessoas com problemas dermatológicos de manchas na pele, ou que estejam acima do peso, como principalmente é utilizado para excluir pessoas de outras etnias - explica Benedita.

Ela justificou sua proposta citando o prefácio do presi-

dente Fernando Henrique Cardoso ao Programa Nacional de Direitos Humanos: "Não há como conciliar democracia com as injustiças sociais, as formas de exclusão e as violações reiteradas aos direitos humanos que ocorrem no país".

Benedita da Silva esclareceu que a elaboração dessa proposição foi inspirada na decisão pioneira da Câmara Legislativa do Distrito Federal em transformar em lei projeto de autoria da deputada Maria José Maninha, proibindo o uso da expressão em Brasília.



Abdias: poesia revisitada

Prêmio lembrará Cruz e Sousa

Abdias Nascimento (PDT-RJ) e Esperidião Amin (PPB-SC) apresentaram projeto de resolução instituindo o "Prêmio Cruz e Sousa", a ser conferido pelo Congresso, com o propósito de estimular trabalhos relativos ao centenário da morte desse poeta brasileiro, que acontecerá no dia 19 de março de 1998.

O projeto, além de homenagear o poeta que constituiu um dos marcos da literatura e da cultura brasileira, resgata a postura exemplar de Cruz e Sousa em defesa da luta contra a escravidão e o preconceito racial. Filho de escravos, esse escritor catariense representa "os que abraçaram a bandeira de luta em favor dos espoliados e excluídos", argumentam Abdias e Amin.

O projeto cria um conselho a ser integrado pelo presidente do Congresso e mais cinco membros do Legislativo por ele indicados. Caberá a esse conselho sugerir à Mesa do Congresso o teor, o formato, as regras e os critérios para elaboração dos trabalhos. Pela proposição, os trabalhos deverão ser encaminhados até o dia 19 de março de 1998.



Amin: co-autor da proposta

Alcântara propõe incentivos a quem doar alimentos

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou projeto que concede incentivos fiscais à pessoa jurídica que doar máquinas, equipamentos e utensílios a serem utilizados para o preparo, acondicionamento e distribuição de produtos alimentícios a entidades sem fins lucrativos, e que forneçam gratuitamente alimentos a pessoas carentes.



Alcântara: combate à fome

O projeto estabelece que a dedução do imposto não poderá exceder, em cada exercício, a 1% do imposto devido, mas permite que o eventual excesso possa ser deduzido nos dois exercícios subsequentes.

Outro projeto de autoria de Lúcio Alcântara determina que as pessoas jurídicas regularmente inscritas no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) poderão deduzir do Imposto de Renda, até o limite de 3% do imposto devido, as despesas comprovadamente realizadas

com doações de refeições a entidades sem fins lucrativos, para distribuição a pessoas carentes.

Também é de iniciativa do senador cearense projeto de lei que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados, na safra de estabelecimento industrial ou a ele equiparado, os produtos alimentícios destinados, por doação, a entidades, associações e fundações, sem fins lucrativos, para distribuição gratuita a pessoas carentes.

Suassuna: facilidades a tripulação estrangeira

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou projeto de lei que concede visto temporário a tripulantes de embarcações estrangeiras que venham operar em águas de jurisdição brasileira em virtude de terem sido arrendados por empresas nacionais.

Ele entende que a medida é necessária para facilitar o trabalho e os serviços ligados ao programa de arrendamento de barcos pesqueiros estrangeiros que o país adota desde 1971. Esse programa, a seu ver, possibilitou ao Brasil a aquisição de tecnologia e o cumprimento das rigorosas exigências da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Conforme Suassuna, as determinações impostas pelo Conselho Nacional de Imigração para a estada temporária destas guarnições estabelecem "um roteiro burocrático e de difícil cumprimento, com exigências que inviabilizam as operações regulares de arrendamento de barcos", o que, no seu entendimento, precisa ser mudado.



Suassuna: tecnologia

De acordo com o projeto, os estrangeiros somente terão o visto se satisfizerem às exigências especiais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Imigração, devendo comprovar junto ao Ministério do Trabalho ser parte em contrato de trabalho ou ser componente de tripulação de embarcação estrangeira de pesca, salvo no caso de comprovada prestação de serviço ao governo brasileiro.

Estabelece ainda o projeto que o estrangeiro admitido na condição de temporário ou de asilado é obrigado a registrar-se no Ministério da Justiça dentro dos 30 dias seguintes à entrada ou à concessão do asilo.